



Democracia & diálogo

2005



1) Articulação Federativa

A continuidade e o aperfeiçoamento do diálogo interfederativo entre a União e os Estados e os Municípios, estes por meio das entidades nacionais de representação de prefeitos, constituiu-se em uma ação permanente do Governo em 2004. No âmbito do Comitê de Articulação Federativa foram analisadas matérias fundamentais para o equilíbrio das relações federativas e adotadas importantes decisões, como a aprovação do texto do projeto de lei sobre consórcios públicos; a apresentação pelo Governo Federal dos critérios gerais que nortearão a criação do FUNDEB; a ampliação do Programa Bolsa Família; e a discussão sobre o anteprojeto de lei sobre o marco regulatório para o setor de saneamento.

O Governo Federal mantém o relacionamento produtivo e aberto com os Municípios, acompanhando e participando ativamente dos eventos que consolidam as discussões e as posições desses entes, como a Marcha dos Prefeitos e o Encontro Nacional dos Prefeitos.

Na relação específica com os Estados e o Distrito Federal foi construída uma base sólida de relacionamento com as representações oficiais dessas unidades, em Brasília, e incentivado o diálogo federativo em diversas questões, como o papel dos entes federativos na construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, pautado no crescimento econômico com equidade social, assim como a execução compartilhada de programas de investimento em infra-estrutura econômica e social de interesse mútuo, na qual os consensos são maiores do que os contenciosos.

Conhecer experiências que contribuam para a construção de um novo pacto federativo também constitui uma ação governamental. Assim, entre outras ações, foi iniciada a cooperação do Brasil com as Regiões Italianas da Emília Romana, Marche, Toscana e Úmbria, que culminou, em 2004, com a realização do Seminário de Capacitação em Estratégias de Desenvolvimento Regional e Local, com a presença de vários Ministros do Estado, Governadores das Regiões Italianas e Prefeitos.

Em 2005, o Governo manterá o trabalho de permanente construção de um pacto federativo que contribua efetivamente para a sinergia das ações das três esferas governamentais, amplie o diálogo com as lideranças locais e que se torne um espaço privilegiado para a negociação e a pactuação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

2) Relação com a sociedade civil

O Governo adotou, como método, o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando a construção de consensos e atuando de forma democrática para o equacionamento de conflitos. A ampliação dos espaços republicanos e democráticos de diálogo tem

gado consequência prática ao princípio da democracia participativa inscrito na Constituição Brasileira de 1988. Esse diálogo está sendo fundamental para a construção de um novo País.

Em 2004, a Secretaria-Geral da Presidência da República realizou 457 encontros, reuniões ou atividades com entidades e personalidades da sociedade civil nacional e internacional. O Presidente da República tem participado diretamente desse processo e sua agenda pessoal reflete esse compromisso, sendo que em 2004 foram realizados 133 encontros do Presidente da República com dirigentes e representantes de organizações da sociedade civil, nacional e internacional, como por exemplo: centrais sindicais, entidades empresariais, organizações religiosas, movimentos sociais, organizações indígenas, ONGs, entidades de trabalhadores rurais, universidades, intelectuais e entidades estudantis.

Alguns exemplos: os movimentos do campo se expressaram publicamente no Grito da Terra, na Marcha das Margaridas, na Jornada pela Água e em Defesa da Vida, nas jornadas e na Conferência organizadas pelo Fórum em Defesa da Reforma Agrária, bem como nas mobilizações decorrentes da estiagem na região Sul. Por meio do diálogo e da negociação com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e demais entidades do campo, foi possível criar e consolidar o Plano Safra 2004/05, que já está em andamento e, no somatório final, terá destinado 7 bilhões de reais para a agricultura familiar.

A partir da instalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente com as entidades sindicais do serviço público federal, avançou-se em pontos relevantes da política salarial para este setor, que se consubstanciaram ao longo de 2004 na assinatura de acordos com importantes entidades de representação do funcionalismo.

Em 2004, a Secretaria-Geral coordenou o Grupo Interministerial da Juventude, composto por 19 Ministérios. O trabalho desse Grupo possibilitou que fossem apontados os principais desafios de uma Política Nacional de Juventude, que será implementada a partir de 2005.

No caso do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), houve fortalecimento da co-gestão participativa por meio da criação, em 2004, de Conselhos de Previdência Social em nove Superintendências e 102 Gerências do INSS, aproximando trabalhadores, empregadores e aposentados da previdência e aumentando a transparência e democratização do setor.



O Plano Plurianual 2004-2007, em um processo inédito, foi amplamente discutido com a sociedade. Dando continuidade à iniciativa de participação social iniciada no ano de 2003, em 2004 foi dado seguimento ao processo com a discussão de mecanismos que permitam o acompanhamento de sua execução e a revisão periódica do Plano.

Também vem sendo debatido com a ABONG, com a Inter-Redes, com o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE) e com outras organizações não-governamentais o novo marco legal e estatuto de relacionamento do Estado com as organizações do terceiro setor e associações da sociedade civil. Em 2004 já foi feito um levantamento da legislação existente e elaborado um relatório preliminar sobre essa matéria.

Outra iniciativa inédita que veio a fortalecer essa cultura democrática foi a constituição do Fórum Governamental de Participação Social. O Fórum, coordenado pela Secretaria-Geral, é formado pelos assessores responsáveis em todos os Ministérios pelo diálogo e articulação com a sociedade civil, e tem a tarefa de constituir um sistema de participação social no Governo, que permita à sociedade mecanismos de formulação, acompanhamento e definição das políticas públicas.

O diálogo do Governo com a sociedade civil internacional tem sido importante no esforço de construção de relações internacionais politicamente mais democráticas e economicamente mais equitativas. A sociedade civil internacional comprometida com a afirmação de uma globalização mais solidária tem recebido do Governo Brasileiro especial atenção, a exemplo das sucessivas edições do Fórum Social Mundial ou sua versão nacional, o Fórum Social Brasileiro realizado em Belo Horizonte. A convite do Governo, organizações da sociedade civil brasileira participaram de importantes fóruns internacionais, como ocorreu na Conferência sobre a Sociedade da Informação em Genebra, na Declaração Voluntária sobre Direito à Alimentação da ONU, nas negociações em Cancun da Organização Mundial do Comércio, bem como em iniciativas autônomas. A Secretaria-Geral iniciou também a articulação para as atividades referentes ao Ano do Brasil na França-2005. O próprio Presidente da República, em sua agenda internacional, tem realizado encontros com entidades da sociedade civil, do mundo do trabalho, das ONGs e das organizações religiosas, entre outros.

O Governo pretende, em 2005, aperfeiçoar os mecanismos da democracia participativa, ampliando os espaços de intervenção cidadã na formulação das políticas públicas e no controle democrático e fiscalização da gestão do Estado. As principais metas a serem alcançadas são:

3) Política Nacional para a Juventude

Seguindo as recomendações do Grupo de Interministerial da Juventude, o Governo pretende, em 2005, iniciar a implantação de uma inovadora Política Nacional para a Juventude. Com o objetivo de criar um referencial para o jovem no âmbito do Governo Federal, formular, coordenar e articular as políticas públicas para a juventude pretende-se implantar, a Secretaria Nacional de Juventude. Vinculada a esta Secretaria estará o Conselho Nacional de Juventude, composto por representantes governamentais, organizações juvenis, organismos não-governamentais e personalidades reconhecidas pelo seu trabalho com jovens. Terá como finalidade propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude.

Os dados estatísticos levantados no diagnóstico sobre a população jovem apontam o quanto este segmento vem sendo atingido pelo processo de exclusão. Por exemplo, quase 30% dos jovens de 18 a 24 anos não concluíram o Ensino Fundamental. Essa é a realidade que orienta o Presidente da República na proposição do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pró-Jovem), um dos principais eixos da Política Nacional de Juventude. O programa será coordenado pela Secretaria-Geral e terá como co-responsáveis os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social. Seu objetivo é beneficiar o segmento mais vulnerável da juventude, formado por pessoas entre 18 e 24 anos, que estejam fora do mercado formal de trabalho e da escola e que tenham concluído a 4a série do Ensino Fundamental, mas não a 8a. O Pró-Jovem será composto pelo tripé educação, qualificação profissional e ação comunitária.

4) PPA Participativo

Tão importante quanto o conteúdo técnico do PPA foi a democratização do processo, que possibilitou pensar, juntos, Governo e sociedade, os caminhos para o desenvolvimento do País. A Secretaria-Geral, em parceria com o Ministério do Planejamento, coordenará a segunda etapa do PPA Participativo, com ampla consulta à sociedade civil brasileira. Essa nova fase prevê a constituição de um mecanismo permanente envolvendo Governo e sociedade civil no acompanhamento regular da execução do PPA, monitoramento e a sua revisão anual prevista em Lei.

5) Sistema de Participação Social

Em 2005, tendo como base as experiências de diálogo social desenvolvidas no primeiro biênio de Governo, a Secretaria-Geral pretende consolidar um sistema de participação social na formulação das políticas públicas. O sistema deverá articular o conjunto de mecanismos e iniciativas setoriais



de participação hoje existentes, como os conselhos, fóruns, conferências e mesas de negociação com os mais diversos setores da sociedade civil brasileira. Importante também será a articulação da participação do Governo nos conselhos setoriais, uma vez que estes são elementos fundamentais para a deliberação dos atores sociais e para o estabelecimento de mecanismos de formulação, acompanhamento e controle de políticas públicas. Para tanto, o Fórum Governamental de Participação Social, do qual participam representantes de todos os Ministérios, terá um papel fundamental na definição dos princípios e eixos de construção do sistema de participação.

6) Novo marco legal das ONGs

Uma das metas do próximo ano é concluir o processo de elaboração do novo marco legal das organizações não-governamentais, dando seqüência aos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho Interministerial que, ao longo de 2004, elaborou um diagnóstico da relação do Estado com essas entidades. Em 2005, com a participação da GIFES, ABONG, Inter-Redes e outras entidades de representação nacional do setor, será concluído o diagnóstico e elaborada uma proposta de consolidação da legislação que será encaminhada à apreciação do Congresso Nacional, definidora do novo marco regulatório das ONGs.

7) Diálogos com a sociedade civil

Dando prosseguimento ao processo de consolidação do diálogo como método de relacionamento do Governo com a sociedade, a Secretaria-Geral deverá, ao longo de 2005, aprimorar a interlocução com os mais diversos setores da sociedade civil, seja em torno de temas gerais, seja no que se refere a eventuais mediações governamentais no encaminhamento de demandas das entidades e movimentos. A Secretaria-Geral, de acordo com suas atribuições legais, dará continuidade ao diálogo regular com representantes da sociedade civil, confirmando a disposição do Governo para análise das pautas apresentadas.

8) Diálogo com a sociedade civil internacional

A Secretaria-Geral ampliará seus esforços no sentido de promover um diálogo amplo e substantivo com as entidades da sociedade civil mundial e reforçar os canais de comunicação com a sociedade civil brasileira.

Faz parte desse empenho a coordenação pela Secretaria-Geral do apoio governamental ao V Fórum Social Mundial, que se realizou em janeiro de 2005 em Porto Alegre, a exemplo do que já ocorreu em

edições anteriores. E no âmbito do Ano Brasil-França, a Secretaria-Geral já articulou, e será realizado, em parceria com a ABONG, o Fórum da sociedade civil, e auxiliará a organização da Reunião dos Conselhos de Desenvolvimento Econômico e Social dos dois países, da Feira de Economia Solidária, bem como do Encontro Mundial de Software Livre. Também continuará a ser favorecido o intercâmbio e a cooperação da sociedade brasileira com a sociedade civil de outros países.

9) Encontros regionais para ampliação do ensino fundamental para nove anos

Em 2004, o Ministério da Educação realizou sete encontros regionais para debater a ampliação do ensino fundamental para nove anos, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e as secretarias estaduais e municipais de Educação. A realização desses eventos consolidou a elaboração do documento "Ensino Fundamental para Nove Anos – Orientações Gerais", contendo recomendações referentes à regulamentação do ensino fundamental a partir dos seis anos de idade. O ensino fundamental de nove anos está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE). A prática já é adotada por Estados como Goiás, Sergipe, Amazonas, Rio Grande do Norte e Minas Gerais, com resultados positivos. Dados do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam que 26.530 escolas com 7.373.596 alunos já utilizam o novo currículo.

10) Encontros de capacitação de Conselheiros Municipais

Foram realizados, em 2004, 13 encontros para capacitar conselheiros municipais e estimular a criação de novos Conselhos Municipais de Educação. Os Conselhos são esferas importantes e democráticas para a formulação e controle de políticas e ações para a melhoria da educação no Brasil.

11) O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

A criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) alargou de forma inédita os espaços de interlocução do Governo com a sociedade. A perspectiva e a capacidade de definir os grandes rumos do País de forma compartilhada estão em franca evolução. O diálogo social qualifica e viabiliza um projeto de desenvolvimento de longo prazo, como expressão da síntese possível dos valores e interesses predominantes, orientadores das ações de Governo e assumidos pela sociedade. No CDES, trabalhadores, empresários, movimentos sociais e personalidades de reconhecida competência e liderança nas suas áreas de atuação discutem em



posição de igualdade questões fundamentais para o desenvolvimento brasileiro. O reconhecimento desse espaço se traduz na presença e compromisso dos Conselheiros nas atividades do CDES. A prática do diálogo, interlocução, cooperação – que distingue este espaço daqueles em que predomina a disputa – desafia a capacidade de escutar e aprender com o outro. Mais que ouvir e falar ao Governo, os Conselheiros ouvem uns aos outros, forjando novas sínteses, abrindo possibilidades de entendimento. O debate sincero, o processo de esclarecimento entre diferentes, o diálogo ativo em prol do interesse coletivo e a proposição legítima ao Presidente da República são a essência do CDES e o resultado maior que ele pode apresentar à sociedade.

Em 2004, o CDES realizou reuniões ordinárias tratando de temas relevantes sobre a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, sobre a Estratégia de Retomada do Crescimento, a Política Energética, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e a Política Macroeconômica. Além dessas reuniões foram organizados três Colóquios sobre Licenciamento Ambiental, Habitação e Reforma Universitária e criados ainda dois Grupos de Acompanhamento: de Política Social, que em sua última reunião discutiu a proposta orçamentária para 2005, e de Conjuntura Econômica. Foram instituídos também Grupos Temáticos (GT) para formular propostas de políticas que serão apresentadas ao Conselho, como o GT de Micro e Pequena Empresa, Auto-Gestão e Informalidade e o GT dedicado a formular os Fundamentos Estratégicos do Desenvolvimento. Nas atividades desses Grupos foram debatidos temas como Política Industrial; Política Social do Governo; Proposta Orçamentária de 2005; Estratégia e Prioridades da Política de Saúde; Projeto Brasil em Três Tempos; Políticas Públicas de Apoio a Trabalhadores por Conta Própria, Micro e Pequenos Empresários, Cooperativas e Associações de Trabalhadores de Baixa Renda; Formalização e Inclusão de Empreendedores de Baixa Renda e Linhas Gerais da Proposta de Regulamentação do Regime Tributário Simplificado para as Microempresas e para as Empresas de Pequeno Porte.

Internacionalmente, o CDES já é referência como espaço democrático de diálogo. O Conselho vem participando crescentemente na disseminação da cultura do diálogo para o desenvolvimento no mundo, com foco especial na América Latina, como ferramenta na defesa dos sistemas democráticos, de busca de equilíbrio entre a economia e o imperativo das necessidades do conjunto da sociedade. Nesse sentido foram realizados contatos e intercâmbios com instituições multilaterais tais como a Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS), OIT, BID, Banco Mundial, PNUD e Comitê Econômico e Social Europeu (CESE); e também com os Conselhos de Portugal, França, Bélgica, México e Argentina.

Em 2005, o CDES aprofundará o processo de aprendizagem sobre o diálogo social, sobre os mecanismos de negociação e pactuação, para construir viabilidade a um processo de desenvolvimento sustentado, inclusivo e equitativo. Nesse sentido, amplas perspectivas se abrem para o CDES, como locus privilegiado de aperfeiçoamento dos mecanismos de diálogo social, de tratamento hábil dos contraditórios, de construção de sínteses unificadoras que atendam aos interesses maiores do Governo e da sociedade brasileira.

12) Agricultura, pecuária e abastecimento

Consoante com as orientações do Governo Federal de se promover maior participação social, o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) e o Conselho do Agronegócio atuam como elo entre os setores público e privado, articulando diretrizes e estratégias competitivas para as propostas de política agrícola e auxiliando na identificação de prioridades a serem estabelecidas na formulação de políticas públicas do setor.

Atualmente, o Conselho de Política Agrícola e o Conselho do Agronegócio contam com 22 Câmaras, sendo 19 Câmaras Setoriais de Cadeias Produtivas e 3 Câmaras Temáticas instaladas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tratam de temas que vão desde a Cadeia Produtiva de Carne Bovina até a Cadeia Produtiva da Cachaça.

13) Educação

a) Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação

Após realizar, em 2004, um seminário nacional com gestores e funcionários para discutir eixos dessa política de valorização, 47 convênios, envolvendo Estados e Municípios, foram firmados para capacitar 44.083 funcionários de escola, com investimento de R\$ 6 milhões.

14) Saúde

A definição de prioridades para a redução das desigualdades e para o conjunto da área de saúde está baseada nas contribuições oriundas da participação popular – em especial aquelas expressas nas deliberações da 12ª Conferência Nacional de Saúde –, no Plano Plurianual 2004-2007 e no planejamento estratégico conduzido pelo Ministério da Saúde, que resultou na elaboração do Plano Nacional de Saúde (PNS). O PNS – aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde em agosto de 2004 – foi construído mediante ampla mobilização social e constitui instrumento de referência para o SUS.



a) Vigilância sanitária

O Governo Federal, por intermédio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), concentrou esforços na consolidação dos marcos referenciais de garantia da qualidade de produtos e serviços sujeitos à ação da vigilância sanitária, colocados à disposição da sociedade. Como instrumentos de aperfeiçoamento dessa estratégia, destaca-se o processo de pactuação com Estados e Municípios e a inovação dos mecanismos de financiamento da área, que buscam o fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).

b) Gestão, participação popular e educação em saúde

No que tange à participação social, será implementada a Política Nacional de Gestão Participativa para o SUS (ParticipaSUS) que, entre outras metas, prevê a implantação de infraestrutura em 90% dos Conselhos Municipais de Saúde. Será também implementada a Política Nacional de Ouvidoria no SUS, com a implantação, inclusive, do Sistema Nacional de Ouvidoria do Sistema Único de Saúde. Acresce-se ainda a implantação de Conselhos Gestores nos estabelecimentos de saúde do SUS.

15) Mulheres

Entre os eventos promovidos, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada de 15 a 17 de julho de 2004, em Brasília/DF, foi, sem dúvida, o de maior relevância. Com a finalidade de colher subsídios junto à sociedade civil, para a formulação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a Conferência mobilizou, nas suas fases estaduais, municipais e regionais, cerca de 120.000 mulheres, dentre as quais foram eleitas 2.000 delegadas para apresentar e debater as suas demandas e as diretrizes do Plano Nacional.

16) Previdência

a) Conselhos de Previdência Social

Vale destacar que o fato mais relevante relativo à gestão democrática e descentralizada da Previdência Social, em 2004, foi a instalação dos Conselhos de Previdência Social (CPS) junto às gerências-executivas e superintendências do INSS. Foram instalados ao todo 77 conselhos no decorrer do ano. Esse é um processo que aumenta os canais de participação de empregados, empregadores e aposentados na gestão da Previdência Social e permite que problemas relacionados a uma determinada localidade sejam resolvidos de uma forma mais imediata pela Previdência Social.

17) Esporte

a) Conferência Nacional do Esporte

Pela primeira vez, o Brasil debateu com profundidade e abrangência as questões do esporte e do lazer. Envolvendo setores da comunidade esportiva, movimentos sociais e sociedade civil em 873 Municípios, foi realizada a 1ª Conferência Nacional do Esporte que mobilizou 83 mil pessoas em todo o País. A etapa nacional, em Brasília, contou com a participação de 1.375 pessoas, distribuídas entre delegados eleitos em 176 conferências municipais e estaduais, e representantes do Governo Federal, Câmara dos Deputados, Senado Federal, entidades nacionais de administração do esporte e a sociedade civil organizada.

18) Relações com a Sociedade Civil

a) Reforma Agrária

Fortalecer e integrar os programas vinculados ao desenvolvimento rural sustentável e, em especial, da agricultura familiar e da reforma agrária é o objetivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Em 2004, este importante espaço paritário de diálogo e participação social foi reestruturado para atuar de forma mais eficiente no acompanhamento, análise e proposição de alterações nas políticas e programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário e demais órgãos vinculados à temática rural.

Com a participação, também, dos Conselhos Estaduais, o CONDRAF atuou na incorporação de novos temas na agenda governamental, na análise e na elaboração de propostas referentes às políticas públicas de desenvolvimento rural. A nova regulamentação do Fundo de Terras, a Política Nacional de ATER, a Política Nacional de Saúde para as Populações do Campo e o Programa Nacional de Biodiesel exemplificam temas onde a atuação do CONDRAF foi fundamental para a definição de tais políticas.

b) Reforma Sindical

A Reforma Sindical e trabalhista está sendo negociada no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho. Instituído em 2003 e formado por representantes do Governo Federal e das entidades sindicais de trabalhadores e de empregadores, o FNT já realizou mais de 60 reuniões oficiais, envolvendo diretamente mais de 500 pessoas nas negociações. Paralelamente, foram realizadas

as Conferências Estaduais do Trabalho, concebidas como espaços de debate da Reforma Sindical e Trabalhista, em todos os Estados e no Distrito Federal e contaram com a participação de mais de 10 mil pessoas, dentre representantes de trabalhadores, empregadores e entidades da área trabalhista. Contabilizados os eventos preparatórios às Conferências – seminários, oficinas, ciclos de debates –, a discussão em torno da Reforma Sindical e Trabalhista envolveu diretamente mais de 20 mil participantes.

O FNT é a primeira experiência brasileira de elaboração de proposta para Reforma Constitucional realizada por meio do diálogo e da negociação entre os atores sociais. Não se trata, portanto, de consulta pública ou discussão de um projeto do Governo, mas de sua construção pelos atores sociais.

19) Outras conferências nacionais

Realizadas em 2004:

- Conferência Nacional das Cidades e Criação do Conselho das Cidades.
- Conferência Nacional dos Direitos Humanos.

A serem realizadas em 2005:

- Conferência Nacional do Meio Ambiente.
- Conferência Nacional de Promoção de Igualdade Racial.
- Conferência Nacional dos Povos Indígenas.
- Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

20) Outros encontros realizados em 2004:

I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária: promovido pela SENAES/MTE, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, de 13 a 15 de agosto, com a participação de cerca de 2.300 participantes vindos de todas as regiões do País, incluindo, além dos empreendimentos, várias entidades de assessoria e fomento, movimentos sociais e representantes



2005

Mensagem ao Congresso Nacional

254

de governos municipais e estaduais. Com o objetivo de fomentar a organização dos empreendimentos da Economia Solidária em articulações e cadeias produtivas, esse Encontro possibilitou uma primeira apreensão da força da Economia Solidária no Brasil. As reuniões estaduais, que o precederam, mobilizaram cerca de 10 mil empreendimentos em todo País.